

A PARTICIPAÇÃO DO PAI NO PRÉ-NATAL: EXPERIÊNCIA DE COMPANHEIROS DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS

Paula Orchiucci Miura

Marianna Ribeiro Guimarães

Estafane Firmino de Oliveira Lima

Kedma Augusto Martiniano Santos

Maria Eduarda Silveira Souza Ferro

Resumo: A participação paterna no pré-natal é um direito sexual e reprodutivo do homem, que se inicia desde a decisão de ter filhos ou não e se estende até o pós-parto e processo de educar a criança. As políticas de saúde têm criado novas estratégias para acesso integral a saúde do pai, mãe e bebê, e com isto inserido o pai no processo gestacional, através do acompanhamento do pré-natal. Durante o período da gestação o homem tem dificuldades em viver sua paternidade porque não sente a presença física do bebê. Desse modo, este trabalho objetiva conhecer e analisar a participação de pais de bebês de adolescentes grávidas nas consultas de pré-natal. Participaram da pesquisa três pais adultos e/ou adolescentes dos bebês de mães adolescentes que estivessem fazendo o pré-natal nas Unidades Básicas de Saúde de Maceió ou no Hospital Universitário da Universidade Federal de Alagoas. Foram preenchidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido pelo responsável legal dos pais adolescentes ou pelo pai adulto e o Termo de Assentimento pelos pais adolescentes. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: o formulário de caracterização do perfil socioeconômico e de produção e reprodução social, e entrevista semiestruturada abordando o pré-natal para os pais. Através do material coletado e analisado foi possível compreender que todas as companheiras iniciaram o pré-natal no primeiro trimestre, o acompanhamento das consultas de pré-natal não é acompanhado pelos pais com regularidade, que se informam sobre o bebê através de suas companheiras. Conclui-se que os pais apresentaram dificuldades em participar do pré-natal, mas ofereceram apoio as suas companheiras gestantes, contribuindo para o desenvolvimento saudável dela e do bebê.

Palavras-chave: Paternidade. Políticas Públicas. Maternidade Adolescente.

Abstract: The parental participation in prenatal care is a sexual and reproductive right of the man, starting from the decision to have children or not and it extends to the postpartum and process of educating the child. The health public policy have created new strategies for total access to the health of the father, mother and baby, and with this inserted the father in the gestational process, through prenatal care. During the period of gestation the man has difficulties in living his fatherhood because he does not feel the physical presence of the baby. Thus, this study aims to know and analyze the participation of fathers of babies of pregnant adolescents in prenatal care appointments. Three adult and/or adolescent fathers of the babies of pregnant mothers who were pregnant and were being attended at the Basic Health Units of Maceió or at the University Hospital of the Federal University of Alagoas participated in the study. The Informed Consent Form was filled out by the legal guardian of the adolescent father or by the adult father and the Term of Assent by the adolescent fathers. The instruments used in the research were: the form of characterization of the socioeconomic profile and production and social reproduction, and semi-structured interview approaching prenatal care for the fathers. Through the material collected and analyzed it was possible to understand that all the companions started prenatal care in the first trimester, the prenatal care appointments are not accompanied by the fathers with regularity, who are informed about the baby through their partners. Thus, parents found it difficult to participate in prenatal care, but offered support to their pregnant partners, helping in the healthy development of his partner and of their baby.

Keywords: Paternity. Public policy. Adolescent Motherhood.

1 INTRODUÇÃO

Em 2008 com a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem a discussão dos direitos sexuais e reprodutivos trouxe a importância de a paternidade não ser vista apenas como obrigação legal, mas, sobretudo, como um direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança (BRASIL, 2008). E reconhece ainda, que independente da faixa etária, se jovens, adultos ou idosos, os pais são reconhecidos como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos, demandando assistências em todos os casos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As mães têm a experiência de viver a gestação com alterações biológicas, como o crescimento da barriga e mudanças hormonais. O que torna, de algum modo, uma experiência concreta. Na medida que o desenvolvimento do bebê é acompanhado em sua totalidade durante os 09 meses que cresce em sua barriga. Os pais não sentem a presença física do bebê e sua transição para a parentalidade exige transformações em nível psicológico, biológico e social segundo Menezes e Lopes (2007).

Nesse sentido, as políticas públicas de saúde direcionadas ao homem e a gestação, como a Rede Cegonha e o Pré-natal do Parceiro criam novas estratégias de acesso a saúde integral a mãe, ao pai e ao bebê, de forma que todos façam parte do processo gestacional. A Rede Cegonha, que surgiu em 2011 com objetivo de ampliar o acesso e melhoria da qualidade oferecida à atenção pré-natal, assistência ao parto e puerpério, bem como assistência à criança até seus dois anos de vida (BRASIL, 2011). O Pré-Natal do Parceiro, que surgiu em 2016 com ideia de transformar as construções de gênero que, por um lado, direcionam todas as responsabilidades relacionadas à reprodução e aos cuidados das crianças às mulheres e, por outro, afastam os homens tanto dos compromissos e dos deveres, quanto dos prazeres e dos aprendizados que circundam este universo (BRASIL, 2016).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo conhecer e analisar a participação de pais de bebês de adolescentes grávidas nas consultas de pré-natal.

3 MÉTODO

Foram convidados para participar desta pesquisa três pais adultos e/ou adolescentes dos bebês de adolescentes grávidas, as quais tinham que estar sendo atendidas nas Unidades Básicas de Saúde, do município de Maceió, ou no Hospital Universitário da Universidade Federal de Alagoas. A pesquisadora explicou aos participantes a finalidade da pesquisa e solicitou o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo

responsável legal dos pais adolescentes ou pelo pai adulto e o Termo de Assentimento (TA) pelos pais adolescentes.

Foram aplicados individualmente os seguintes instrumentos: o formulário de caracterização do perfil socioeconômico e de produção e reprodução social, e entrevista semiestruturada abordando o pré-natal para os pais. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa três pais aqui identificados como Igor, Carlos e João¹, com as idades de 24, 18 e 18 anos, respectivamente. Todas as companheiras iniciaram o pré-natal no primeiro trimestre, mostrando uma diferença com dados do Brasil, os quais apontam que cerca de 75% das grávidas iniciaram o pré-natal tardiamente, após o primeiro trimestre de gestação (BRASIL, 2011).

O acompanhamento das consultas de pré-natal não é realizado regularmente pelos pais, justificando a ausência por terem que trabalhar. Acabam por terem as informações de seus respectivos bebês por meio de suas companheiras. O envolvimento paterno na gestação, e conseqüentemente no período pré-natal, está além do acompanhamento de consultas e ultrassons, como aponta Simas, Souza e Scorsolini-Comin (2013), se relaciona também ao desenvolvimento emocional. De maneira que o pai participa da gestação através do suporte que oferece a mãe, como o apoio emocional, preocupações e o cuidado com o bebê.

¹ Os referidos nomes são fictícios, sendo em função de preservar a identidade dos participantes desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo pôde-se observar uma dificuldade dos pais dos bebês das adolescentes grávidas em participar das consultas de pré-natal, porém estes ofereceram apoio e suporte para as suas companheiras da forma como conseguiram, contribuindo para um desenvolvimento saudável da gestação, da paternidade e da maternidade adolescente.

Espera-se que os achados deste estudo possam servir de subsídios para a formulação de futuras pesquisas nesta área, bem como políticas públicas que busquem desenvolver orientações e ampliar a participação dos pais no processo gravídico, particularmente no que se refere ao do pré-natal de suas companheiras respeitando o contexto social, econômico, cultural desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/agosto/11/guia_PreNatal.pdf Acesso em 20 de outubro de 2018.

BRASIL. **Manual Prático de Implementação da Rede Cegonha**, Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/yurib/Desktop/manual-pratico-rede-cegonha-\[444-090312-SES-MT\].pdf](file:///C:/Users/yurib/Desktop/manual-pratico-rede-cegonha-[444-090312-SES-MT].pdf) Acesso em 20 de outubro de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Urgências e emergências maternas: guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0105urgencias.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do homem**, Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf Acesso em 20 de outubro de 2018.

MENEZES, C.; LOPES, R. Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. **PsicoUSF**, v. 12, n. 1, p. 83-93, 2007.